



José Roberto participa da Comissão de Relocação
Página 6

Sucesso do 9º CONSEJU-PR vai além das expectativas

Evento contou com cerca de 200 participantes entre delegados e convidados de várias regiões do Brasil



Priscila Mendes Leony

9º Conseju-PR realizado na Praia de Leste

Com o lema Sociedade 20 por 80 – Que justiça faremos? Teve início no dia 29 de abril o 9º Congresso dos Servidores do Judiciário do Paraná (Conseju-PR). Cerca de 200 participantes, entre delegados de várias regiões do Estado e convidados participaram do evento. O encontro foi realizado na Associação Banestado, em Praia de Leste, no município de Pontal do Paraná-PR.

José Roberto, coordenador-geral do Sindijus-PR falou da importância de reu-

nir a categoria para debater assuntos que vão do administrativo do TJ até a valorização do trabalho realizado pelo servidor.

O congresso tratou de temas como: a conjuntura mundial, nacional e estadual; Negociação Coletiva dos Servidores Públicos; CNJ como Instituição de Controle das Atividades Administrativas, dos Trabalhadores e da Sociedade; PEC 190 – prós e contras; Filiação a Fenajud e o Judiciário na Visão dos Movimentos Sociais e da Sociedade.

Página 4 e 5

JUIZ AUXILIAR
RECEBE
DIRETORES DO
SINDIJUS-PR

Página 3

PEDIDO
ADMINISTRATIVO
DO SAJJ FOI
PROTOCOLADO
NO TJ

Página 5

Vitória dos aposentados do Foro Extrajudicial

Enfim, no dia 11 de abril, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) aprovou por unanimidade os reajustes dos aposentados do Foro Extrajudicial. Uma grande Vitória para os chamados “cabeças brancas” que lutaram sem dar tréguas.



Página 7

OPINIÃO

9º CONSEJU superou expectativas

O 9º Conseju-PR ocorrido na Associação Banestado, Praia de Leste no período de 29 de abril à 1º de maio foi um sucesso. Perto de 200 pessoas entre convidados, pessoal de infraestrutura e delegados de várias Comarcas do Estado acompanharam o evento. Números aproximados ou maiores que este, somente ocorreu no 1º e 2º Conseju-PR, nos primeiros anos de vida do Sindijus-PR. A programação do evento trouxe temas importantes para o debate da categoria, ou seja: a valorização da Justiça de 1º Grau; CNJ e controle; o Judiciário e Movimentos Sociais; PEC 190; Negociação coletiva e Direito de greve dos Servidores Públicos; Filiação à Fenajud e por fim A Sociedade 20 por 80 como o principal foco do Congresso. O Congresso ainda contou com participação de representantes de Entidades co-irmãs dos Estados de SC, BA, RS e também representantes dos Movimentos Sociais.

Agora, com o término do Congresso que acontece ordinariamente a cada três anos conforme previsão estatutária, novos desafios estão lançados. Sem esquecer-se de questões antigas que ainda não foram resolvidas, mas estão sendo

negociadas; nova pauta se agrega a elas. A filiação à Fenajud concretizada no Congresso, após discussão ampla ocorrida em plenárias anteriores vai fortalecer a luta pela PEC 190, que corresponde à cria-



ção do Estatuto Nacional para os Trabalhadores do Judiciário, bem como na relação com o CNJ, tribunais nacionais e com o Congresso Nacional, entre outras coisas.

Mas a questão discutida e que caracteriza o momento vivido pela humanidade foi a Sociedade 20 por 80. A pesquisadora Selina Dal Moro, mestre em Educação pela UPF trouxe uma idéia mais clara sobre o que todos os trabalhadores vivenciam, mas que passa despercebida em virtude da grande gama de informações, inculcadas nas mentes das pessoas para manter-se o "status quo". Conforme seus estudos, a sociedade vive hoje em uma divisão em que apenas 20% da população

mundial concentra as maiores riquezas, em detrimento dos 80% restantes. Esta concentração se traduz pela detenção do poder sobre a comunicação, os meios de produção e principalmente nos setores encarregados de distribuir Justiça. Por estes aspectos, parece que fica mais nítida a relação desta concentração de poder com demais temas discutidos no Congresso. O Judiciário e os Movimentos Sociais, o Di-

reito de Greve dos Servidores Públicos e a Valorização da Justiça de Primeiro Grau, dependem, para melhor ou para pior, dessa correlação de forças. Somente o entendimento sobre esta conjuntura, que se dá em âmbito Internacional, Nacional e local, fará com que os 80% comecem a traçar estratégias e táticas para a reversão desta situação. O 9º Conseju-PR foi um marco para ajudar neste entendimento, houve um salto de qualidade, principalmente na visão de grande parte dos participantes que iniciam agora esta nova fase com um olhar mais crítico e propositivo para ajudar na mudança da sociedade para melhor.

cartas

CUMPRIMENTOS

Estimado Presidente. Gostaria de parabenizá-lo, José Roberto e a toda sua equipe, pelo excelente nível do Congresso. Demonstrou senso democrático na oportunidade a todos os filiados a participarem e ao mesmo tempo, a firmeza nas decisões quando foi necessário afastar aqueles que tentaram tumultuar e confundir, os que efetivamente se propunham a discutir e a contribuir com a entidade de representação máxima de nossa categoria. Um Fraternal Abraço a Todos.

E. L. R

CUMPRIMENTOS¹

Parabéns pela bela organização do Sindijus, na realização do 9º Conseju-PR. Um grande abraço.

S. M. D. M

DÚVIDAS - PAGAMENTO

Poderia me informar qual o banco que será depositado nosso pagamento? Será que continuará no Banco do Brasil? Se mudar vai ser aquela mexida de novo? Espero que seja o melhor para nós. Obrigada. Agradeço toda a equipe do Sindijus-PR.

D. G. O

As cartas não refletem a opinião do Sindicato.

RESPOSTA

Cara D.G.O, ainda não tem nada definido. É necessário fazer um chamado aos bancos e aquele que oferecer as melhores propostas, será o vencedor. O TJ vai fazer o depósito nesse banco, mas o servidor não é obrigado a abrir conta nele. Só se quiser. Embora esse banco ofereça as melhores condições ao servidor, ele ainda pode optar e dizer que não quer. Que vai ficar onde está. Por enquanto, não há nenhum sinal ainda. Obrigado pela força. Abraços.

Diretor do Sindijus-PR,
David Machado

AGRADECIMENTO

O nosso profundo reconhecimento pela determinação em solucionar impasse referente aos aposentados do Extrajudicial. Agradecemos também aos incansáveis doutores Frederico e André pela atenção especial à nossa reivindicação no cumprimento de vossa determinação. Atenciosamente pelos aposentados do Foro Extrajudicial Valter de Oliveira, Airton Dias de Oliveira, Daltron Moreira Rocha e Jurandir Moreira Vilas Boas Júnior.

consciência & Luta
GESTÃO ASSIM QUE SE CONQUISTA

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS-PR - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Sede: Rua David Geronasso, 227 - Boa Vista CEP 82540-150 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3075-5555 - Fax: (41) 3075-6702
As cartas podem ser enviadas para conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

www.sindijuspr.org.br

SISTEMA DIRETIVO

Conselho Executivo

coordenador-geral: José Roberto Pereira; secretário-geral: Mário Cândido de Oliveira; Ademir Aparecida Pinto; Airton Dias de Oliveira; Caetano Zaganini; Clóvis Menger; David Machado; Edson Fernando da Silva; Maria Dulcineia Fernandes Del Rios; Rosana do Rocio de Freitas Diniz

Conselho Deliberativo

Adenilza Rocha Augusto; Adivaldo Rosa; Aldo Bonato; Aldoino Fedrigo; Amauri da Silva; Amauri da Silva Fernandes; André Guilherme de Freitas; Angelo José Sasso; Antonio Carlos Datto; Antonio Marcos dos Santos; Antonio Marcos Pacheco; Antonio Ribeiro Neto; Aristeu Nunes; Benedita Estraczer Zioli; César Conrado de Souza Neto; Daltron Moreira Rocha; Dario Aparecido da Costa; Davi Aguiar de Andrade; Diógenes Nunes de Souza; Diore Leni da Rosa; Dorian Aparecida Damasceno; Edson Luiz Futerko; Edson Prado Lima; Irineu Goveia; Itacir Antunes dos Santos; José Panisson; Josevaldo Moreira Alves; Jurandir Moreira Vilas Boas Júnior; Lizete Ramos Canela; Lourival dos Santos Cordeiro Junior; Lucinei Luiz Guimarães; Luiz Carlos Lopes; Luiza Narducci Pereira; Marcoello de Oliveira; Márcia Regina Mosquer Ripuda; Marco Antonio Cremonese; Marcos Henrique Romualdo da Silva; Maria Emilia Martins; Maria Madalena de Oliveira; Mario Sergio dos Santos; Mary Claudia

Hetka Dubielli; Neli Maria Felix; Osmar Lopes da Silva Filho; Pterina Libera De Martini; Reginaldo Prado Lima; Rodrigo Augusto Moersbaecher Paes; Rosângela Zillio; Rui Artur de Aguiar; Sidney Prado Lima; Silvana Claudia Barreiro; Tereza Maria Miranda Carvalho; Yáner Gall; Vilma Aparecida Demóri; Virginia de Moraes Freire e Zeli Martins Fontoura.

Conselho Fiscal

Adelcio Renosto; Elísio Marques; José Paulino Lourenço; Osemir Queiroz e Rosanna Ventura.

Conselho Editorial

José Roberto Pereira, Mário Cândido de Oliveira, David Machado e Caetano Zaganini.

Editor Responsável (fotos, diagramação e edição)

Gustavo Henrique Vidal - jornalista profissional diplomado - MTb 5928-PR

Pâmela Mendes Leony - jornalista profissional diplomado - MTb 5480-PR

Ilustrações

Simon Taylor

Impressão

Jornal do Estado/Tiragem 5.500

Edição final às 19h00min do dia 10 de maio de 2011.

REUNIÃO sindicato apresenta assuntos importantes referentes à categoria

Sindijus-PR se reúne com representante do Tribunal, juiz auxiliar Dr. Frederico



Palmeira Mendes Leamy

Juiz auxiliar, Dr. Frederico recebe o Sindijus-PR

O Sindijus-PR, representado pelo coordenador-geral José Roberto Pereira, secretário-geral Mário Cândido, diretor David Machado, diretora Mary Cláudia Hetka Dubieli e assessor de Planejamento Albino Fogassa, se reuniu no dia 20 de abril com o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça (TJ), Frederico Mendes Júnior, para tratar de alguns assuntos de interesse da categoria.

Veja abaixo os temas abordados:

SERVIDORES DA SECRETARIA NO FORO JUDICIAL

O juiz auxiliar Frederico informou que foram suspensos to-

dos os retornos dos servidores da Secretaria à disposição de locais de trabalho no Foro Judicial até que seja realizado um reestudo pela assessoria da presidência do TJ.

Assim, os servidores devem ficar em seus locais de trabalho e aguardar novas decisões, e comunicar ao Sindijus-PR qualquer ocorrência ao contrário desse entendimento.

FOLHA DE PAGAMENTO

Na reunião com o presidente Kfourí, ele informou que sua intenção é negociar a folha de pagamento do TJ com uma Instituição Financeira, mas exige que sejam oferecidas melhores

condições para a magistratura e servidores, como isenção de taxas, juros menores, cartões de crédito sem anuidade, melhores prazos para empréstimos consignáveis, etc. Para isso determinou a formação de uma comissão, da qual o Sindijus-PR faz parte, com o diretor David Machado representando a categoria. Na reunião, foram repassadas algumas informações para o Sindijus-PR e a comissão deve reunir-se na próxima semana juntamente com alguns representantes de banco, na qual irão apresentar propostas financeiras.

AUXILIO-SAÚDE

A comissão que irá tratar da

questão terá a participação do Sindicato. A intenção é realizar os estudos para viabilizar o auxílio-saúde a todos os servidores o mais rápido possível. Frederico afirmou que até semana que vem decidirá uma data para este encontro e informará o Sindijus-PR.

NOMEAÇÃO DOS APROVADOS

O Sindijus-PR entrará segunda-feira com um pedido administrativo ao Tribunal de Justiça requerendo a elaboração de um cronograma de nomeação dos aprovados em concurso para 2011. O objetivo é que essas nomeações aconteçam para suprir as necessidades das comarcas que estão em condições precárias de mão-de-obra.

AVALIADORES E CONTADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A respeito disso, o Sindijus-PR tomou conhecimento hoje por meio de servidores, da situação referente aos avaliadores e contadores dos Juizados Especiais. Neste sentido, o Sindicato protocolará na próxima semana um pedido administrativo para resolver a situação.

REMOÇÃO E RELOTAÇÕES

Frederico disse que será criada uma comissão na qual o Sindijus-PR fará parte, a intenção é realizar um estudo para encontrar uma solução para os casos apresentados pelo Sindicato. E está sendo elaborado um

pedido administrativo que será protocolado no início da semana que vem, pedindo que antes da publicação do edital o Sindijus-PR seja informado da situação para que possa alterar se necessário.

Na última reunião realizada com o presidente do TJ, Miguel Kfourí, ele disse que isto tem que ser resolvido e prometeu solução rápida. "Isso acaba afetando o Tribunal, porque o servidor não trabalha satisfeito", ressalta.

ANALISTAS/TÉCNICOS DA SECRETARIA E TÉCNICOS JUDICIÁRIO

O Sindijus-PR irá entrar com pedido administrativo à presidência do TJ para que seja solucionada a questão dos técnicos judiciários nomeados para oficiais de justiça e também a respeito da segurança jurídica da função exercida.

E um pedido administrativo para os técnicos de secretaria cobrando alteração da Lei do Plano de Cargos e Salários (PCS), onde podem assumir a Direção das novas Secretarias. Porém não podem ser designados como Supervisores.

Mas, segundo Frederico essa é uma questão de interpretação da lei e a administração vai resolver a questão imediatamente. E incluindo os analistas que foram nomeados para diretor da Secretaria na hipótese de serem chamados para assessores de juízes, à definição é saber se vai acumular função ou se perderá a direção da Secretaria.

200 PESSOAS participaram do congresso

9º Conseju-PR define que Valorização da Justiça de 1º grau é primordial

Com o lema Sociedade 20 por 80 – Que justiça faremos? Teve início no dia 29 de abril o 9º Congresso dos Servidores do Judiciário do Paraná (Conseju-PR). Cerca de 200 pessoas, entre delegados de várias regiões do Estado e convidados participaram do evento. O encontro, que acontece de três em três anos, foi realizado na Associação Banestado, em Praia de Leste, Pontal do Paraná-PR.

José Roberto, coordenador-geral do Sindijus-PR, começou dando boas vindas aos servidores e convidados e, falou da importância de reunir a categoria para debater assuntos que vão do

trativas, dos Trabalhadores e da Sociedade; PEC 190 – prós e contras; Filiação a Fenajud e o Judiciário na Visão dos Movimentos Sociais e da Sociedade. As discussões das teses do 9º Conseju-PR geraram bons debates entre os servidores. Divididos em grupos de trabalho, os congressistas apresentaram propostas para a valorização do 1º Grau.

Para encerrar a 1ª noite de atividades, o Grupo Teatral Nuspartus, encenou o tema principal do Congresso, Sociedade 20 por 80, dando ênfase a desigualdade social. Destacamos a forma brilhante que os atores



lítico da entidade de classe.

No domingo (1º/05), aconteceu a Plenária, onde foram apresentados os relatórios das propostas discutidas e aprovadas nos grupos. Destacamos a valorização do 1º grau, com a conquista do Plano de Cargos e Salários, o horário, a contratação de novos servidores, melhor estrutura de trabalho, segurança nos fóruns, entre outros. “Agora é preciso lutar pelo plano de carreira”, enfatiza servidor de Foz do Iguaçu Geremias Wos.

De modo específico, o Congresso realizou suas atividades com os pés na realidade mais próxima do 1º grau e com os olhos no mundo, analisando questões específicas do cotidiano, levando à tomada de atitudes concretas para buscar a valorização e credibilidade da Justiça.

Encerrada a Plenária, aconteceu a Assembleia Geral onde foi informado os últimos trabalhos desenvol-

vidos pelo Sindijus-PR. A Assembleia também aprovou as deliberações do congresso, definiu as próximas estratégias para as mobilizações da categoria e, por fim, a filiação do Sindijus-PR à Fenajud. Homenagem pelo Dia do Trabalhador encerrou as atividades do 9º Conseju-PR.

O encontro promoveu o intercâmbio de experiências e estreitou o rumo que em 2011 os servidores devem tomar. A participação de vários convidados enriqueceu o congresso, pois passaram informações que vão contribuir para aplicar na realidade vivida pelos servidores. Segundo José Roberto, o resultado do congresso fez os servidores terem uma nova concepção sobre a visão política sindical para poder apresentar propostas nas comarcas e unir forças para as mobilizações.

O congresso contou com participação de representantes de Entidades co-

desenvolvendo em prol de suas categorias e agradeceram ao Sindijus-PR pelo convite, parabenizando os avanços que a Entidade vem alcançando e a escolha do tema “Sociedade 20 por 80”.

Os servidores analisaram as palestras que ocorreram e concluíram que a participação de convidados de outros estados enriqueceu o Congresso. Abaixo segue destaque de cada palestrante e o assunto abordado:

FREDERICO MENDES

O juiz auxiliar da Presidência do TJ, Frederico Mendes Júnior apresentou a situação atual da administração do tribunal e a justiça de 1º Grau. Segundo ele, para o TJ um dos pontos primordiais é a valorização dos servidores que estão no 1º Grau, em virtude de o presidente Miguel Kfourri ter vindo recentemente do 1º Grau. Ele disse que a administração sabe exatamente o que passam as pessoas que ali estão. “Ele quer dar vez aos servidores,



administrativo do TJ até a valorização do trabalho realizado pelo servidor.

Entre os debates que envolveram palestrantes e servidores o encontro tratou de temas como a conjuntura mundial, nacional e estadual; Negociação Coletiva dos Servidores Públicos; CNJ como Instituição de Controle das Atividades Adminis-

abordaram o tema, contribuíram em muito para os debates.

Para José Roberto, é no Congresso da categoria que os trabalhadores discutem questões corporativas e também de âmbito mundial e nacional que sempre acabam por influir na nossa realidade. É onde os servidores apontam o destino po-



ao Sindijus-PR e aos juizes na apresentação de idéias para a melhoria do Judiciário como um todo”, completa. Finalizando sua palestra, Frederico falou “nós do TJ, magistrados e servidores, estamos chutando a bola para o mesmo lado, trabalhamos com o mesmo objetivo, cada um na sua função, mas o trabalho deve ser em conjunto”.

JOSÉ OTÁVIO PADILHA

A Realidade da Justiça de 1º Grau, tema na qual o palestrante José O. Padilha, assessor jurídico do TJ-PR, explicou os problemas internos que acontecem no Poder Judiciário, demonstrando tabelas com resultados de pesquisas realizadas com os servidores. “Uma proposta de valorização da produtividade do 1º Grau possibilitará o mapeamento da atividade jurisdicional no PR, permitindo a proposição da criação de número adequado de cargos”, ressalta.

SELINA MARIA DAL MORO

Abordou o tema principal do congresso, “Da sociedade 20 por 80 – à sociedade do conhecimento e os desafios para a justiça” apresentada pela mestre e pesquisadora em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF) do Rio Grande do Sul, Selina Dal Moro. Resumiu o futuro da humanidade em um par de números e num neologismo: 20 por 80 e entretenimento. “As transformações que estão alterando o panorama mundial, a informação é recurso de poder, pela vinculação do desenvolvimento com a capacidade de uma socie-

dade em gerar e aplicar conhecimentos”, completa.

DARCI FRIGO

O advogado da Associação Terra de Direitos, Darci Frigo, pontuou alguns temas relacionados ao Judiciário com os Movimentos Sociais na consolidação da democracia e o papel do judiciário na implementação das ações afirmativas no Brasil. Para ele, em nível estadual e nacional, os trabalhadores do judiciário precisam estar envolvidos em outras lutas, como a postura do judiciário em relação aos movimentos sociais.

MÁRCIO PESSATTI



O historiador Márcio Pessatti fez uma reflexão sobre a conjuntura Nacional e Internacional, abordando os acontecimentos mais marcantes de 2010. Pessatti prevê as dificuldades e afirma que as mudanças ajudam o Brasil a desempenhar um papel importante. Para ele, essa mudança não vai se dar sem luta política e social. O caminho é ampliar as lutas para que as mudanças ajudem a construir um ambiente favorável ao avanço.

WELITTON FERREIRA

Representante da juventude do Movimento Kizomba, Weliton Ferreira tratou da juventude no sistema neoliberal, falou que o tema

é abrangente, mas focou na questão emprego. Ele explica que, pesquisa realizada pelo Dieese mostra que a grande maioria dos jovens começam a trabalhar antes dos 18 anos. “Isso é resultado da precariedade dos estudos do nosso país. A dificuldade de estudar antigamente fazia os jovens saírem mais cedo de casa em busca de emprego para ajudar no ganho da família e poucos conseguiam voltar a estudar”, enfatiza.

MARCOS VERLAINE

O assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Marcos Verlaino falou a respeito da PEC 190 e o que pode ser feito para aprovação diante do Congresso Nacional. Explicou como está a situação da PEC 190 em Brasília, e que a participação da categoria é a ferramenta para realizar um debate nacional tanto na Câmara como no Senado.

“A PEC significa o futuro dos servidores”, ressalta. Ele deixou duas perguntas para refletir: o que a categoria está disposta a fazer para aprovar a proposta? E depois de aprova-la, o que farão em relação à construção de um projeto de lei complementar (PLP) que atenda os desejos da categoria?

LUDIMAR RAFAHIM

O advogado do Sindijus-PR, Ludimar Rafahim fez uma análise à respeito do direito de negociação coletiva dos servidores públicos, explicando que grande parte da doutrina brasileira sustentava a impossibilidade jurídica da realização de acordos coletivos entre servidores públicos e Estado.



aconteceu

SAIJ

O Sindijus-PR juntamente com o advogado Daniel Godoy protocolaram no dia 19 de abril, um pedido administrativo nº 134988/2011 à presidência do Tribunal de Justiça (TJ), para solucionar a questão das profissionais do Serviço Auxiliar à Infância e à Juventude (SAIJ), que há mais de 20 anos exercem atividades de nível superior, mas não são reconhecidas pela administração. O objetivo é pressionar o TJ a encontrar uma solução para o enquadramento funcional das profissionais, ou seja o reconhecimento da função de nível superior e salário compatível com as profissionais da secretaria.

“Com essa ação provocaremos o Tribunal de Justiça (TJ), que será obrigado a dar alguma resposta”, ressalta Daniel Godoy.

REAJUSTE DE 6,51%

O Sindijus-PR protocolou no último dia 9 de maio no TJ, o pedido administrativo referente ao reajuste corresponde ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses, percentual de 6,51%, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O objetivo é garantir a concessão do reajuste salarial e, considerando que em reunião da Coordenação Geral do FES e o Governo restou acertado o envio de Mensagem de Lei à Assembléia Legislativa com a concessão do índice de 6,5% de reposição salarial (inflação do período de 1/05/2010 a 31/04/2011).

De acordo com o Executivo, o aumento será aplicado para todos os funcionários da ativa e também para os aposentados.

PARANAPREVIDÊNCIA

O secretário-geral do Sindijus-PR, Mário Cândido dando continuidade nas cobranças à respeito do pagamento da URV para as pensionistas pelo Paranaprevidência, recebeu informações do gabinete do presidente Jayme Azevedo Lima, de que os documentos solicitados, bem como o parecer conclusivo estão prontos entretanto. Jaime Azevedo antes de assinar o ofício para ser entregue ao Sindijus-PR, resolveu submeter o pedido novamente ao conselho diretor que achou por bem consultar a Procuradoria Geral do Estado (PGE) a cerca da matéria. Assim sendo, todo processo foi encaminhado a aquele Órgão para receber parecer que venha dirimir a questão de quem é a obrigação de pagar as pensionistas. Por esta razão, o secretário-geral está solicitando reunião com o Procurador do Estado na intenção de acelerar o processo.

jogo rápido

■ TJ ALERTA: VACINAÇÃO VAI ATÉ DIA 13 DE MAIO

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) iniciou a sua campanha de vacinação contra a gripe A e a gripe Sazonal (vacina trivalente), em dose única, no final do mês de março e vai até o dia 13 de maio, nos horários das 10h às 12h e das 13h30 às 18h30, no Centro Médico do TJ.

Inicialmente serão vacinados todos os servidores ativos, servidores com cargos comissionados e magistrados, independente da idade e previamente cadastrados em recente pesquisa realizada pelo Centro Médico do Tribunal. As gestantes deverão trazer autorização do seu médico assistente para receber a vacina.

Tendo em vista as baixas temperaturas registradas nos últimos dias, o Centro Médico TJ alerta os servidores da Capital e Região, cadastrados para a campanha de vacinação contra a gripe A e a gripe Sazonal, de que a imunização conferida pela referida vacina só acontece duas a três semanas após ser aplicada. Para evitar problemas futuros sugere-se que os servidores procurem ser vacinados o quanto antes.

■ TJ SUSPENDE O RETORNO DOS SERVIDORES À SECRETARIA



O Tribunal de Justiça suspendeu o retorno dos servidores da Secretaria à disposição no Foro Judicial. A decisão atende ao pedido do Sindijus-PR que defendia a permanência desses servidores nos locais de trabalho. Segundo o despacho do presidente Miguel Kfourri, fica suspensa a determinação até que seja finalizado estudo sobre a "efetiva abrangência da determinação do Conselho Nacional de Justiça". Na época, o TJ alegou que o retorno atendia à recomendação da inspeção do CNJ, em novembro de 2009, que apontou que esses servidores estariam em desvio de função.

O documento do TJ revela ainda que muitos magistrados também solicitaram a permanência desses servidores "de modo a evitar graves danos à prestação jurisdicional".

Para o coordenador-geral do Sindicato, José Roberto Pereira, depois de muitas reuniões no Tribunal, "os argumentos do Sindijus-PR foram aceitos pelo presidente Miguel Kfourri".

RELOTAÇÃO comissão finaliza suas atividades

Comissão de Relotação entrega minuta de Decreto à Presidência do TJ

Integrantes ficaram satisfeitos com o trabalho desenvolvido



■ José Roberto, coordenador-geral do Sindijus-PR assina Minuta de Decreto

No último dia 27 de abril, o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto participou da 1ª reunião da Comissão criada para estudar a situação de servidores que estão precisando de relotação. Pois, na última reunião realizada com o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Miguel Kfourri, ele disse que isto tem que ser resolvido e prometeu uma solução rápida. "Isso acaba afetando o Tribunal, porque o servidor não trabalha satisfeito", ressaltou.

O Dr. Gustavo foi o indicado pela presidência do Tribunal

como coordenador da Comissão, que é composta pelo magistrado Carlos Mauricio Ferreira da Corregedoria do TJ; representando o Departamento Administrativo, Marco Aurélio Lopes Podgurski e Sônia Maria Kviatkaoski; pela Secretaria do TJ os assessores Alberto Kodi e Vinicius Rodrigues; assessor Clovis dos Santos, representante da Presidência do TJ; e o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto.

O objetivo da comissão era realizar estudo para encontrar uma solução para os casos apresentados pelo Sindicato ao TJ, que são cerca de 70 já listados.

A comissão se encontrou três vezes. Na última reunião da Comissão de Relotação que, aconteceu na segunda-feira passada (09), o Dr. Gustavo apresentou uma Minuta de Decreto que foi debatida e alterada conforme opiniões dos integrantes da comissão.

Finalizado o trabalho, com a concordância de todos, foi assinado e encaminhado ao presidente do TJ, Miguel Kfourri para apreciar, decidir se acata ou não a Minuta de Decreto apresentada pela Comissão. Ainda, foram sugeridas pelos presentes, alterações nas leis 16023 e 16024, no que se refere às relotações.

O Sindijus-PR ficou satisfeito com o papel que a comissão desenvolveu e espera com expectativa a aceitação do Decreto pelo presidente do tribunal, para que possa ser resolvido o mais rápido a situação dos servidores.

O coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto, acredita que o resultado dos trabalhos foi positivo, desenvolvido com celeridade e resolve uma série de problemas que envolvem os servidores.

Atenção!

Servidores: preencher o formulário referente a reembolso que está no site

O Sindijus-PR por motivo de segurança, decidiu que a partir deste mês, todos os reembolsos dos eventos: assembleia, reuniões, plenárias, etc, serão feitos somente por transferência bancária. Assim, a diretoria solicita, por gentileza, que o servidor preencha o formulário (aqui) disponível na sessão de Documento do site. Após, favor enviar via fax pelo tel. (041) 3075-5555 ou por e-mail rozana@sindijuspr.org.br, da funcionária Rozana. O Sindijus-PR agradece.

11 DE ABRIL dia para ficar na história do Judiciário

Aposentados do Foro Extrajudicial conquistam seus direitos

Vitória no Órgão Especial do TJ consolida luta de 5 anos desses senhores já de cabeça branca

Depois de inúmeras reuniões, quilômetros e quilômetros rodados em viagens para Curitiba, um cem números de contatos, documentos produzidos e até protesto de Papai Noel de preto houve. Enfim, no dia 11 de abril, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) aprovou, por unanimidade, os reajustes dos aposentados do Foro Extrajudicial.

Uma grande Vitória, a maioria deles com mais de 70 anos, mas que não se entregaram e lutaram sem dar tréguas (no dizer de um deles). Deve-se louvar a rapidez do andamento do projeto nos últimos dias.

Na reunião ocorrida entre a diretoria do Sindijus-PR e o desembargador Miguel Kfourri Neto no dia 16 de março, o presidente afirmou que, daria prioridade na resolução da situação dos aposentados do Foro Extrajudicial. E é o que aconteceu. Em menos de 30 dias o projeto recebeu parecer jurídico, passou por

estudo de impacto financeiro no Departamento Econômico e agora, foi aprovado no Órgão Especial e está quase pronto para ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

Segundo David Machado, diretor do Sindijus-PR, lá é uma outra etapa. Deve ser acompanhado passo a passo pelo Sindicato, pelos interessados no projeto (que são os aposentados do Extrajudicial), mas também pela administração do Tribunal, de onde a mensagem se originou. Mas, uma etapa importante, sem dúvida a mais longa, foi cumprida. O projeto ora aprovado vai incorporar as perdas salariais de 2006 (3,14%); 2007 (4,46%); 2008 (5,9%); 2009 e parte de 2010 (7,07%) e a URV (11,98%), que todos os outros servidores já receberam.

O dia 11 de abril, sem dúvida alguma, é uma data para ficar na história do Poder Judiciário do Paraná. Data em que uma grande injustiça foi reparada, conclui David.



Comissão dos bancos inicia os trabalhos

Aconteceu no dia 29 de abril, a reunião da Comissão composta pelo presidente do Tribunal, Miguel Kfourri, para viabilizar proposta de contrato do TJ com um banco para gerenciar a folha de pagamento de servidores e magistrados do Judiciário do Paraná. O grupo de trabalho presidido pelo desembargador Xisto Pereira também tem como integrantes um representante da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), do Sindijus-PR, do juiz auxiliar da Presidência, Frederico Mendes Júnior e pelo subsecretário Alex Horta.

A idéia inicial é fazer licitação para saber qual banco tem condições de oferecer mais benefícios aos servidores e magistrados. David Machado, da direção do Sindijus-PR, faz parte da Comissão e disse que há várias formas de os bancos proporcionarem melhores condições a servidores e magistrados, como por exemplo: cobrar custos menores de seguros de carros, isentar os correntistas de taxas bancárias, baratear os juros dos empréstimos e cheque especial e oferecer boas con-



dições para financiamentos habitacionais.

A Comissão avalia que os bancos que tiverem mais agências pelo Estado teriam melhores condições de atender os servidores do Judiciário, mas este critério pode não ser determinante, pois segundo Dr. Frederico, o presidente Kfourri prefere que seja dada preferência ao banco que melhor oferecer vantagens aos servidores e magistrados, tais como: melhores taxas, prazo para operações consignáveis, seguros e etc. Segundo ele, o banco que quiser administrar a folha do TJ nos próximos anos tem que oferecer mais facilidades para servidores e magistrados. A Comissão volta a se reunir nos próximos dias, após colher outras informações para definir critérios de participação na disputa pelos bancos interessados.

Com apoio do Sindijus-PR carteiros vencem em SC

Santa Catarina.

O Sindijus-PR e o Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná participaram das eleições apoiando a chapa 2, que foi a vencedora com 44,4% dos votos.

Segundo Albino Fogassa, assessor do Sindijus-PR, o nosso apoio foi decisivo para derrotar a chapa 1 da situação e a chapa 3 apoiada pelo PSOL/CONLUTAS.

A direção eleita disse que a categoria apostou nas propostas da chapa 2 que prega mudanças e compromisso com toda a categoria.



Aconteceu nos dias 3, 4 e 5 de maio as eleições para a direção do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Estado de

DÚVIDAS impasse deixa os servidores preocupados

Questão do horário continua indefinida nos Tribunais

CNJ insiste para que a medida vigore em 60 dias em todo o país

A última decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manda o Judiciário funcionar, com atendimento ao público, de segunda a sexta das 9 às 18 horas, no mínimo. Porém, se comprovar que não possui funcionários suficientes para obedecer à determinação, pode adotar o regime de dois turnos de trabalho, com intervalo para o almoço.

O expediente seria, então, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas nessas unidades. Também terão direito a dois turnos quem comprovar que, por costume local, paralise suas atividades no horário de almoço.

A medida também não altera

a jornada de trabalho dos servidores do Judiciário estabelecida pela Resolução 88 do Conselho, que é de sete horas ininterruptas ou de oito horas com intervalo para almoço.

Segundo o CNJ suas determinações entram em vigor 60 dias após a publicação no Diário da Justiça da União.

NO PARANÁ

Aqui no Paraná é o Órgão Especial quem decide a jornada de trabalho e o expediente forense, assim os desembargadores decidiram adiar por 90 dias a definição sobre a mudança no horário de funcionamento da Justiça estadual, que hoje é das

12 às 18 horas (para atendimento externo) e das 12 às 19 horas (para o expediente interno).

Esse prazo serviria para fazer contatos com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e conhecer a exata extensão da medida.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Miguel Kfourri Neto, a mudança comprometeria a vida dos magistrados e dos servidores que readaptaram horários de escolas dos filhos e demais compromissos devido ao atual período de atividade do Tribunal paranaense.

Mário Cândido de Oliveira, secretário-geral do Sindijus-PR alerta que essa instabilidade do

CNJ causa insegurança aos servidores, que já se organizaram para cumprir o expediente estabelecido pelo Tribunal de Justiça.

“Os servidores tiveram que adaptar os horários de creches, faculdades e pós-graduação e, não podem ficar sendo surpreendidos a cada momento”, explica. Mário, no entanto, lembra que a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário do Paraná é de 7 horas, conforme definiu a Lei que instituiu o Plano de Cargos e Salários (PCS).

É bom lembrar também que, o Sindijus-PR defende a proposta da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário (Fenajud), de que a jornada dos servidores deveria ser de 6 horas de trabalho, ainda que a do Judiciário fosse de 12 horas. Sindijus-PR é contra o aumento da jornada aos trabalhadores, pois com a informática o rendimento do trabalho é muito maior e permite que se trabalhe menos com maior quantidade.

O Sindicato, no entanto, concorda com o CNJ que quer ampliar o acesso da população à justiça, mas é necessário aumentar o orçamento, contratar mais servidores, porque só aumentar a jornada vai sobrecarregar o servidor e refletir na qualidade do serviço.

Mário conclui que, a proposta da Fenajud é a melhor, pois os servidores trabalhariam 6 horas, mas o Judiciário estaria de portas abertas ao público em período integral.

de olho nas datas



11 de maio

A mobilização nacional convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) acontece no dia 11 de maio, pedindo pelo Piso e pelo Plano Nacional de Educação. Neste dia, haverá paralisação parcial, com aulas de 30 minutos e uma série de atos públicos. Às 11h, professores de todo o Estado sairão das escolas para entregar uma carta aos prefeitos, exigindo o cumprimento do Piso vinculado à carreira.

13 de maio

O TJ finaliza sua campanha de vacinação contra a gripe A e a gripe Sazonal, em dose única, no dia 13 de maio. É a última chance para os servidores que fizeram cadastrados em recente pesquisa realizada pelo Centro Médico do Tribunal. A vacinação é realizada das 10h às 12h e das 13h30 às 18h30, no Centro Médico do TJ.

20 de maio

O Sinjusc realizará encontro para discutir a PEC 190 em Florianópolis no dia 20 de maio, com a participação dos trabalhadores do Paraná e do Rio Grande do Sul. O movimento pela aprovação da PEC tem como objetivo debater para torná-la mais conhecida na base da categoria e aprofundar a discussão sobre o texto em tramitação na Câmara dos Deputados. A ordenação do Sindicato decidiu também realizar plantões semanais na Câmara dos Deputados.

